



17ª REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

DECLARAÇÃO FINAL

(Luanda, 06 e 07 maio de 2015)

Nos termos do estabelecido na Declaração Final da 16ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CEMGFA/CPLP), em 09 e 10 de abril de 2014, em Lisboa, realizou-se, em Luanda, a 17ª Reunião dos CEMGFA/CPLP, com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Participou, como convidado, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Dr. Francisco Azevedo, e o representante do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), capitão-de-fragata Jorge Moreira Silva.

A Cerimónia de Abertura decorreu no Quartel-General do Exército, em Luanda, e foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola, General de Exército Geraldo Sachipengo Nunda, que, no discurso de abertura, referiu a honra que sentia em acolher o evento. Depois disso, saudou as delegações presentes, desejando-lhes uma boa estadia e sucesso nos trabalhos a desenvolver durante a reunião. Dirigiu saudações especiais à delegação da Guiné-Bissau pelo seu regresso às iniciativas da Componente de Defesa da CPLP e à delegação da Guiné Equatorial, que participa pela primeira vez numa reunião daquela Componente.

Sobre a reunião, disse esperar que esta permita fazer um bom balanço das atividades no âmbito da vertente militar da Componente de Defesa da CPLP, nomeadamente no que se refere aos exercícios militares, à Conferência das Marinhas e ao Fórum de Saúde Militar.

Lembrou que esta reunião se realiza numa altura em que Angola assinala 13 anos de paz e estabilidade em democracia, as quais potenciam o desenvolvimento e o crescimento

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature that appears to be 'Dr. F. Azevedo' and other illegible initials.

Handwritten initials 'A.L.' in blue ink at the bottom right corner.



económico. A recente eleição de Angola como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui outro motivo de regozijo.

A encerrar o seu discurso, salientou o efeito agregador da Componente da Defesa num espaço geográfico alargado e culturalmente diversificado como é a CPLP.

Anexo A - Discurso do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola

Já no início dos trabalhos da reunião, o General Sachipengo Nunda começou por dar a palavra ao Presidente cessante, General Artur Neves Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas.

O General Pina Monteiro saudou os seus homólogos e começou por dirigir uma saudação especial à Guiné-Bissau, felicitando-a pelo seu regresso, e à Guiné Equatorial, que pela primeira vez participa neste fórum. Aproveitou também para agradecer a Angola o bom acolhimento e as boas condições proporcionadas às delegações.

Em seguida, e depois de preconizar a necessidade de uma visão alargada da defesa no combate às ameaças assimétricas e transnacionais, fez um curto balanço das atividades da vertente militar da Componente de Defesa da CPLP, de que salientou a IV Conferência das Marinhas, a II reunião do Fórum de Saúde Militar e o exercício "FELINO 2014", que decorreu em Timor-Leste no formato de Exercício na Carta (EC). Referiu-se também às outras atividades da Componente de Defesa, mencionando especificamente os trabalhos do CAE e do SPAD, onde pontuam a elaboração do documento Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e a revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (PCCDD).

Para terminar, desejou os maiores êxitos ao novo Presidente, após o que transferiu a Presidência do Fórum dos CEMGFA/CPLP para o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola, General de Exército Sachipengo Nunda.

Anexo B - Intervenção do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Portugal

O General Sachipengo Nunda Felicitou o Presidente cessante pela condução das atividades desde a última reunião, em Lisboa, e, depois de renovar as saudações às delegações presentes, deu início à ordem de trabalhos.



PONTO 1. Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Brasil propôs a inclusão no ponto 7. da agenda (Apreciação dos documentos a aprovar na XVI reunião de Ministros da Defesa) o item “Preparação da agenda da próxima reunião dos Ministros da Defesa da CPLP”, conforme é habitual nos trabalhos desta reunião. O representante do Núcleo Permanente do SPAD lembrou que esta agenda já tinha sido preparada na última reunião do SPAD, conforme está previsto no Regimento Interno das Reuniões dos Ministros da Defesa (MDN) da CPLP, tendo então os presentes acordado que a referida proposta de agenda fosse apreciada pelo Plenário dos Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas.

A ordem de trabalhos da Reunião foi aprovada com a alteração proposta.

PONTO 2. Análise da situação político-militar e das questões internacionais de Defesa e Segurança com eventuais implicações para os países membros da CPLP

ANGOLA

O General Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, começou por referir um problema que afeta o seu país: a Crise económica e social causada pela baixa dos preços de petróleo.

De entre os problemas mundiais que suscitam maiores preocupações, destacou as epidemias/endemias e o tráfico de droga e seres humanos.

Referiu-se, depois, à crise na Ucrânia, tendo mencionado que o Presidente de Angola manifestou o desejo de que se estabeleça rapidamente o diálogo entre a Rússia, os EUA e a UE para que possam criar e consolidar um maior sentimento de confiança internacional.

Outro grande problema que referiu foi a Instabilidade decorrente da “Primavera Árabe”, que provocou o alastramento da atividade de grupos fundamentalistas à África Subsaariana.

Mereceram também destaque a pirataria no Golfo da Guiné, a situação na República Centro Africana, cujo governo de transição enfrenta grande instabilidade, o ressurgimento da xenofobia na África do Sul e a epidemia de Ébola.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Handwritten signature in blue ink at the bottom right corner.



Relativamente à situação de segurança em Angola, afirmou que esta permanece estável, apesar de alguns fatores de instabilidade: baixa do preço do petróleo (impacto na juventude e nos combatentes desmobilizados), problemas de controlo de fronteiras (imigração ilegal), exploração ilegal de recursos e proliferação de seitas religiosas com práticas duvidosas.

Referiu ainda que Angola assumiu recentemente a presidência da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e que as suas Forças Armadas têm vindo a preparar-se para a participação em operações de paz no âmbito da ONU. Por fim, mencionou o importante papel da Marinha na segurança da região do Golfo da Guiné.

Anexo C - Intervenção de Angola

BRASIL

O General-de-Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil saudou os seus homólogos, com saudações especiais à Guiné-Bissau e à Guiné Equatorial e fez votos de uma harmoniosa integração entre as Forças Armadas dos países da Comunidade. Em seguida agradeceu a Angola, na pessoa do General de Exército Sachipengo Nunda, a competente organização do evento. Aproveitou, também, a ocasião para saudar o representante da Guiné-Bissau, General Biaguê Na N'Tan, que após um período de ausência voltou a participar nesta reunião. Saudou também o chefe da delegação da Guiné Equatorial, General de Divisão Protasio Edu Edjang, pela sua estreia em reuniões da Componente de Defesa da CPLP.

Na sua análise começou por salientar que atualmente o mundo é regido por uma complexa estrutura de poder, caracterizada pela unipolaridade militar, e marcado por fortes assimetrias nos campos económico, científico-tecnológico, social e militar, o que tem contribuído para o crescimento de crises político-estratégicas. Referiu também a Globalização, cujas consequências nem sempre são positivas, das quais têm resultado diferenças sociais, económicas e estratégicas marcantes, uma vez que os países desprovidos dos benefícios económicos e tecnológicos tendem à marginalização, enquanto as nações que conseguem beneficiar da revolução tecnológica se desenvolvem e conseguem elevar o nível de bem-estar de seus nacionais. Com grande parte do mundo



excluída dos benefícios da Globalização e batendo-se com problemas de instabilidade e de pobreza, fica também afetada a estabilidade do sistema internacional, o que causa crises político-estratégicas.

Problemas emergentes como o terrorismo, o narcotráfico, o contrabando de armas, a pesca ilegal, a imigração ilegal e crimes ambientais, têm colocado aos diversos países a necessidade de criar as sinergias necessárias para enfrentá-los conjuntamente. No entanto, os países mais ricos, em constante e acirrada competitividade entre si, vêm incrementando, significativamente, os investimentos nas suas forças armadas, agravando, deste modo, o quadro de insegurança da ordem internacional. A este respeito, o General De Nardi lembrou que nenhum país se deve julgar imune às crises que afetam os outros.

Falou, depois, da América do Sul, na qual o Brasil se insere, como um espaço de paz e de entendimento, de que é exemplo a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), fórum que reúne os encarregados das pastas de defesa de todos os países do subcontinente e que tem por objetivo contribuir para a formação de uma identidade sul-americana no campo da defesa. Articulado uma visão regional fundamentada em valores e princípios comuns, como integridade territorial, igualdade dos Estados e a não intervenção em assuntos internos, este conselho visa contribuir para o alívio de tensões na América do Sul. Aqui frisou o facto de não haver projetos de criação de uma força multinacional na América do Sul, onde se privilegia, sobretudo, a cooperação pacífica, de que é exemplo a construção de aeronaves e *drones* ou a elaboração de um projeto de apoio a catástrofes.

Sobre os interesses estratégicos naturais do Brasil, o General De Nardi destacou a porção sul do Oceano Atlântico e o continente africano, onde a costa ocidental e os países lusófonos adquirem substancial importância. Este é um espaço em que o Brasil tem investido consideravelmente não só em termos económicos mas também na área da Defesa.

Em seguida, mencionou o facto de os recentes eventos internacionais que o País organizou suscitaram especiais preocupações na área da Segurança, que obrigaram a uma estreita coordenação entre diversos setores governamentais, a uma maior articulação entre os ramos das Forças Armadas e a participação destas na promoção da segurança interna. Em termos internos, o ano de 2013 viu surgir três documentos reguladores da expressão militar do Poder Nacional: a revisão da Política Nacional de

[Handwritten notes in blue ink, including a signature and various markings.]



Defesa, a atualização da Estratégia Nacional de Defesa e a primeira edição do Livro Branco de Defesa Nacional, que dá a conhecer ao público, de forma transparente os efetivos das Forças Armadas e os gastos com a Defesa.

Outro tema importante abordado foi o da atuação das Forças Armadas Brasileiras no Haiti e no Líbano. No primeiro teatro o Brasil tem vindo, desde 2004, a contribuir para a reconstrução do país. No segundo apoia a Marinha Libanesa na monitorização das suas águas territoriais, através da participação na força-tarefa marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), cujo comando assumiu em 2011.

Por fim, referiu a profunda ligação do Brasil à CPLP, de cujas atividades mencionou, pelos bons resultados obtidos, o intercâmbio entre os estabelecimentos de ensino militar, no qual assegurou que o seu país continuará a empenhar-se profundamente. Realçou também o trabalho desenvolvido pelo Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) e pelo Centro de Análise Estratégica (CAE), assim como o sucesso dos exercícios da Série FELINO.

A encerrar a sua intervenção, o General De Nardi destacou o papel da CPLP como catalisador da cooperação no continente africano e o seu grande potencial para a prevenção de conflitos e para a consolidação da paz e da estabilidade internacionais.

Anexo D - Intervenção do Brasil

CABO VERDE

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Major-General Alberto Carlos Barbosa Fernandes, começou por felicitar o Presidente cessante e desejar felicidades ao novo Presidente. Em seguida, saudou os homólogos e as delegações presentes.

Depois de agradecer a Angola o bom acolhimento, manifestou regozijo pelo regresso da Guiné-Bissau e pela entrada da Guiné Equatorial nos trabalhos deste fórum, tendo, ainda, mostrado apreço pelo trabalho desenvolvido pelo SPAD e pelo CAE no último ano. Relativamente a Cabo Verde, afirmou que 2014 foi um ano marcado por algumas tragédias: seca, erupção vulcânica na ilha do Fogo e naufrágio de um navio de ligação inter-ilhas.



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Defendendo a necessidade de conjugar esforços na área da Defesa, assinalou que a CPLP tem sido um espaço privilegiado nessa área. A erupção na ilha do Fogo foi uma ocasião em que a solidariedade entre Estados membros ficou patente, estando Cabo Verde muito grato pelo apoio recebido dos seus parceiros. Expressou, a propósito, a sua solidariedade a Moçambique, a Angola e ao Brasil pelos recentes desastres naturais causados pelas chuvas.

Referiu que Cabo Verde tem buscado investimento externo para auxílio ao desenvolvimento e que o País se preocupa bastante com as ameaças à segurança na região do Golfo da Guiné: narcotráfico, pirataria marítima, tráfico de seres humanos, migração clandestina e extremismo religioso. A participação das Forças Armadas cabo-verdianas no exercício "Saharan Express 2014" traduz o empenho em contribuir para a segurança da região.

A posição geográfica de Cabo Verde, no meio do Atlântico expõe o país às grandes rotas do narcotráfico, ameaça que tem procurado combater com o emprego das Forças Armadas. A proliferação da criminalidade organizada a nível regional e internacional tem sido outra preocupação.

No entanto, a nível interno, Cabo Verde tem sido um exemplo de estabilidade, apesar de Presidente e Chefe do Governo pertencerem a famílias políticas diferentes.

Relativamente às atividades das Forças Armadas cabo-verdianas, destacou o levantamento da Unidade de Operações Especiais para aumentar a capacidade de resposta a crises e a receção de 2 embarcações Tipo C de fabrico chinês para equipar a Guarda Costeira. Ao nível da cooperação no âmbito da CPLP, referiu: a participação de 2 oficiais cabo-verdianos na equipa de observadores para o cessar-fogo em Moçambique; a presença de 2 cadetes fuzileiros cabo-verdianos na Academia Militar Marechal Samora Machel, em Nampula; o apoio de Portugal na formação dos militares cabo-verdianos; o apoio ao patrulhamento marítimo das águas cabo-verdianas por uma aeronave e uma fragata portuguesas; as bolsas de formação oferecidas por Angola a 25 militares cabo-verdianos; e a frequência de cursos no Brasil por parte de 5 cadetes cabo-verdianos. Referiu ainda o apoio oferecido por Timor-Leste à participação no exercício "FELINO 2014" e o desejo de aumentar a cooperação com a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ao nível das Relações Internacionais, mencionou que a cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, acolherá a próxima reunião ministerial da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul).



Para concluir, o Major-General Barbosa Fernandes manifestou o seu repúdio pelos atos de xenofobia recentemente ocorridos na África do Sul e pela negligência internacional face à tragédia dos migrantes clandestinos no Mediterrâneo.

O General Pina Monteiro aproveitou esta intervenção para propor uma reflexão sobre a criação, ao nível político, de mecanismos de resposta coordenada da CPLP a catástrofes naturais ocorridas em Estados membros, para que o apoio a países irmãos não fique apenas dependente de iniciativas bilaterais, como sucedeu aquando da recente erupção na Ilha do Fogo.

Anexo E - Intervenção de Cabo Verde

GUINÉ-BISSAU

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, **General Biaguê Na N'Tan**, afirmou que 2015 é um ano de oportunidades e desafios para as Forças Armadas da Guiné-Bissau, uma vez ultrapassada a crise política dos últimos 2 anos, com os militares empenhados em criar um clima de paz e estabilidade. Nesta tarefa, é importante o apoio das forças armadas dos outros membros da CPLP.

Entre as dificuldades atualmente sentidas pela Guiné-Bissau destaca-se o controlo dos seus espaços marítimos, nomeadamente contra narcotráfico e pesca ilícita. Também aqui o País apela ao apoio da CPLP. Outras preocupações relacionam-se com o alastramento do Ébola ao Sul, na República da Guiné.

A Guiné-Bissau manifesta satisfação por retomar a participação na Componente de Defesa da CPLP, contando sempre com o apoio e a solidariedade dos restantes membros. Por fim, o General Biaguê Na N'Tam afirmou que o País procura acompanhar a situação de segurança no espaço da África Ocidental, participando nas organizações internacionais dos países da região.

Anexo F - Intervenção da Guiné-Bissau



GUINÉ EQUATORIAL

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné Equatorial, **General de Divisão Protasio Edu Edjang**, mostrou-se honrado em dirigir-se pela primeira vez às delegações dos Estados membros da CPLP, evocando a ligação histórica da Guiné Equatorial a esta Comunidade.

Tendo agradecido a Angola pelo convite e pela hospitalidade, manifestou o desejo de reforçar a ligação do país à CPLP através da cooperação para a Segurança.

Referindo-se à segurança marítima no Golfo da Guiné, onde as maiores preocupações são a pirataria, o tráfico de armas, a pesca ilegal, o narcotráfico, o crime organizado e a migração clandestina, defendeu a necessidade de se efetuar o patrulhamento marítimo conjunto daquele espaço.

Relevando a ameaça dos grupos fundamentalistas da região, como o Boko Haram, salientou, no entanto, que a Guiné Equatorial sente a migração clandestina como uma das maiores ameaças ao seu país, sendo também de mencionar os efeitos da baixa dos preços do petróleo na economia do País.

Por fim, o General Edu Edjang mostrou disponibilidade para colaborar nos esforços comuns da CPLP no domínio da Defesa.

Anexo G - Intervenção da Guiné Equatorial

MOÇAMBIQUE

O Vice-Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, **Tenente-General Olímpio Cardoso Cambona**, saudou as delegações presentes e felicitou o novo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, **General Biaguê Na N'Tan**, mostrando satisfação pelo regresso daquele país à normalidade e à participação na CPLP. Depois, agradeceu a Angola o acolhimento e as condições à disposição das delegações.

Sobre a situação político-social em Moçambique, informou que depois das eleições presidenciais esta se tem mantido calma, tendo o Governo e RENAMO assinado um



acordo de cessação de hostilidades e de desarmamento. Este processo tem sido monitorizado por uma equipa internacional de observadores.

No entanto, o impacto da queda de preços do carvão mineral na economia nacional tende a afetar o crescimento económico. Outros problemas com que o País se debate são os efeitos das cheias ocorridas no início do ano, a caça ilegal, a migração clandestina (vinda, sobretudo, do “Corno de África” e da África Austral) e os crimes transfronteiriços.

Neste panorama, as Forças Armadas moçambicanas continuam a garantir a soberania e a integridade territorial de Moçambique, mantendo atividades de cooperação com vários países parceiros. No espaço da CPLP têm sobressaído as ações de formação e a participação em exercícios conjuntos. Das atividades recentemente desenvolvidas, o Tenente-General Cardoso Cambona destaca o acolhimento da IV Conferência das Marinhas da CPLP e da reunião do Grupo de Trabalho dos Recursos Humanos do Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

Anexo H - Intervenção de Moçambique

PORTUGAL

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, General Artur Neves Pina Monteiro, renovou o agradecimento a Angola pela forma competente, digna e amiga com que preparou a reunião e as saudações especiais dirigidas à Guiné-Bissau e à Guiné Equatorial.

Sobre a situação internacional, afirmou que ela se define em duas palavras: Incerteza e Instabilidade, destacando-se, no emergir de novas ameaças, o crime transnacional, a proliferação de armas de destruição em massa e a vulnerabilidade e desintegração de vários estados. Referiu particularmente o degenerar da “Primavera Árabe”, a crise na Ucrânia, o surgimento do auto-intitulado Estado Islâmico, e o recrudescimento da intolerância religiosa e da xenofobia.

A resposta adequada às novas ameaças passa por uma estratégia de cooperação na NATO, na UE e na ONU, sendo que também a CPLP tem um papel a desempenhar.



Afirmou, depois, que as Forças Armadas portuguesas têm feito um grande esforço de adaptação aos novos desafios: ajustamento económico-financeiro; reorganização genética, institucional e estrutural (conceito estratégico, missões, sistema de forças, dispositivo); revisão dos documentos orientadores na área da Defesa e reforço de competências do CEMGFA. Neste ponto revela-se importante a estabilização orçamental (1,1 % do PIB, oscilação de 0,1%) e de efetivos (30.000 a 32.000 militares).

Esta adaptação não tem, contudo, feito diminuir o esforço de participação em várias missões internacionais no âmbito da UE, da NATO e da ONU, como a missão de treino da UE na Somália; a missão de aconselhamento na República Centro Africana; a participação nas operações de controlo da migração ilegal no Mediterrâneo; a participação com uma aeronave na missão da ONU no Mali; a participação na missão de estabilização da NATO no Kosovo; a missão de treino no Afeganistão; o policiamento aéreo na Lituânia; as ações de treino nos países bálticos; o apoio à vigilância do espaço aéreo na Roménia; e o comando da força naval permanente da NATO durante o 2º semestre do corrente ano.

A estas missões acresce a cooperação bilateral com países da CPLP, a integração na força de reação rápida da NATO e a participação no exercício conjunto da NATO "Trident Juncture". Recentemente também foram enviados 30 formadores para dar formação e treino às Forças Armadas iraquianas.

Na região do Golfo da Guiné, destaca-se a recente presença de uma fragata e de uma aeronave de patrulha marítima, com participação nos exercícios "Obangame Express" e "Saharan Express", assim como o destacamento de um navio de patrulha oceânica, com a finalidade de contribuir para a estabilidade e segurança naquela região, bem como incrementar a cooperação bilateral no âmbito da segurança marítima.

Por fim, o General Pina Monteiro referiu o acolhimento em Portugal do exercício "FELINO 15", que se realiza de 9 a 18 de setembro.

Para terminar, manifestou o empenho de Portugal no fortalecimento dos laços de cooperação na área da Defesa entre os países da Comunidade.

Anexo I - Intervenção de Portugal



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe em exercício, Coronel Olinto Amado de Ceita Paquete, começou por dirigir uma saudação especial às delegações da Guiné-Bissau, pelo regresso ao seio da família da CPLP, e da Guiné Equatorial, pela sua integração nos trabalhos da Componente de Defesa, assim como um agradecimento a Angola pelo acolhimento e condições oferecidas.

Referiu, então, que apesar das perturbações que recentemente afetaram a sua estrutura de comando, as Forças Armadas são-tomenses mantêm-se calmas e fiéis aos princípios de isenção e de subordinação às Instituições democraticamente eleitas. Referiu ainda que a situação política do País é calma, não merecendo qualquer menção especial neste Fórum.

Apesar de não conseguir cumprir com o programado com os Objetivos do Milénio 2015, São Tomé e Príncipe registou grandes progressos na Educação e na Saúde, nomeadamente no combate ao Paludismo.

O Coronel Olinto Paquete referiu a necessidade de potenciar a segurança marítima, área em que o País apresenta vulnerabilidades. Nesse aspeto tem sido importante a cooperação com Portugal no patrulhamento dos espaços marítimos nacionais.

Ao nível regional, destacou a preocupação com o conflito na Nigéria (combate ao *Boko Haram*) e com o recrudescimento dos crimes marítimos no Golfo da Guiné.

Por fim, defendeu a necessidade de se estabelecerem parcerias no âmbito da Segurança, em que a CPLP tem um importante papel. Das relações de cooperação técnico-militar, destacam-se as que São Tomé e Príncipe tem com Angola, o Brasil, Moçambique e Portugal, nomeadamente na formação e no apoio à aquisição de material.

Anexo J - Intervenção de São Tomé e Príncipe

TIMOR-LESTE

O Brigadeiro-General Filomeno da Paixão de Jesus, Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), começou por apresentar desculpas pelo facto de o CEMGFA não ter podido estar presente, após o que agradeceu



a Angola a forma com que a delegação foi recebida em Luanda. Apresentou, também, as boas vindas à Guiné-Bissau e à Guiné Equatorial.

Sobre a situação de segurança em Timor-Leste, referiu as preocupações ao nível do controlo de fronteiras e a necessidade do estabelecimento de um sistema de autoridade marítima.

A vulnerabilidade do País leva-o a manter relações económicas e de defesa com a Indonésia e a Austrália, assim como a integrar ativamente a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Preconizando o direito à paz, à soberania e à integridade territorial, Timor-Leste procura, assim, afirmar-se no espaço regional em que se insere. Relativamente à situação interna, o Brigadeiro-General Filomeno de Jesus afirmou que se mantém a atividade de um grupo dissidente, esperando-se que a situação estabilize rapidamente. Referiu também que a recente mudança de governo faz perspetivar a revisão de alguns documentos estruturantes na área da Defesa.

Nas Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) está em curso o recrutamento militar, tendo em vista o aumento do efetivo em 500 homens.

Relativamente à componente aérea das F-FDTL, após um parecer da Força Aérea Portuguesa relativamente às condições para a sua edificação, aguardam uma decisão política.

As F-FDTL continuam a contar com o apoio dos países amigos para fazer face aos desafios do ambiente de segurança. Enquanto, por um lado, se regista o aumento da oferta formativa por parte dos países vizinhos, permanecem algumas carências no âmbito da Saúde Militar, incluindo a necessidade de construção de um hospital militar.

A realização do exercício "FELINO 14" foi motivo de orgulho para as F-FDTL e um exemplo da boa cooperação no seio da CPLP, tendo o Brigadeiro-General Filomeno de Jesus referido que estes exercícios têm aumentado a coesão e interoperabilidade das Forças Armadas da CPLP.

Sobre o plano de estudos de longa duração em Portugal, mencionou que, devido aos vários casos de insucesso motivados por dificuldades linguísticas, a sua continuação deverá ser reequacionada ou alvo de medidas tendentes a corrigir a situação. A este propósito referiu a necessidade de dar maior consistência ao ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste.

Anexo K - Intervenção de Timor-Leste



PONTO 3. Ponto de situação sobre a revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa

a. Identidade da CPLP no Domínio da Defesa

Este ponto foi apresentado pelo Diretor do CAE, Dr. Francisco Azevedo.

Na última reunião do SPAD (3-4 de março de 2015, em Lisboa) os delegados presentes chegaram a acordo sobre a versão definitiva do documento, a enviar para aprovação à próxima reunião de Ministros da Defesa, a realizar em S. Tomé, a 26 de maio.

O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas portuguesas, General Pina Monteiro, considerou que este documento constitui um texto bem-elaborado sobre a identidade da CPLP no domínio da Defesa, tendo felicitado o Diretor do CAE e os núcleos nacionais pela sua compilação.

b. Revisão do Protocolo

Este ponto foi apresentado pelo representante do Núcleo Permanente do SPAD, capitão-de-fragata Jorge Silva.

Na última reunião do SPAD (março de 2015), Portugal manifestou algumas reservas relativamente à oportunidade de revisão do documento, uma vez que o Protocolo original ainda não foi ratificado por dois dos Estados membros (Angola e Cabo Verde). A redação proposta pelo Brasil motivou também algumas reservas por considerar como “órgãos” o Fórum de Saúde Militar e a Conferência das Marinhas. Na discussão, o Brasil lembrou que o Protocolo, no seu artigo 14.º, prevê a introdução de emendas ao texto sob proposta de qualquer Estado membro, sem ter necessariamente de se elaborar e aprovar/ratificar um novo Protocolo, como é o caso das alterações ora propostas.

A referida proposta, que teve a aprovação dos demais CEMGFA será encaminhada à apreciação dos Ministros da Defesa da CPLP, na reunião em São Tomé e Príncipe.



PONTO 4. Exercícios da série FELINO

a. Resultados obtidos no Exercício FELINO 2014, realizado em formato de Exercício na Carta (EC) em Timor-Leste

A delegação de Timor-Leste apresentou as considerações relativas ao Exercício FELINO 2014, que se realizou entre 13 e 28 de setembro de 2014, em Timor-Leste, no formato de Exercício na Carta (EC).

A Guiné-Bissau não participou no exercício e apenas Brasil, Portugal e Timor-Leste estiveram presentes em todas as reuniões de planeamento.

O exercício correu bem e os objetivos foram atingidos, apesar de algumas dificuldades no fluxo de informação, que foram sendo corrigidas durante a fase de execução.

Entre os comentários principais destaca-se a falta de doutrina comum conjunta e combinada relativa a terminologia e procedimentos e o facto de algumas células carecerem de especialistas com maior experiência. Foi também referida a necessidade de formação prévia conjunta.

As Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) manifestam satisfação pelo trabalho desenvolvido na condução do exercício, agradecendo às Forças Armadas portuguesas o apoio concedido na organização e na arquitetura de comunicações.

Após esta apresentação, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas portuguesas, General Pina Monteiro, destacou a atitude positiva dos militares timorenses e salientou a importância deste exercício na preparação da edição do ano seguinte, na modalidade de "Forças no Terreno".

A terminar, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola felicitou, em nome do Plenário, Timor-Leste pela boa condução do exercício.

Anexo L - Apresentação de Timor-Leste do Exercício "FELINO 14"

b. Ponto de situação relativo ao Exercício FELINO 2015 em formato de Forças no Terreno (FT) a realizar em Portugal



A delegação portuguesa apresentou o exercício FELINO 2015, que se realiza em Portugal (região de Aveiro) de 9 a 18 de setembro de 2015, no formato de "Forças no Terreno". Durante a fase de execução decorrerá um Dia do Visitante Ilustre, marcado para 18 de setembro, cujo programa será difundido oportunamente.

O exercício, que tem natureza conjunta e combinada, baseia-se na cartografia real de Portugal Continental, simulando países fictícios situados na costa ocidental africana. A organização é semelhante à que foi empregue no ano anterior, de acordo com a doutrina da ONU.

A conferência final de planeamento decorrerá em Lisboa, de 15 a 19 de junho.

O Brasil propôs que o estado-maior internacional integre militares que participaram no exercício do ano anterior, o que teve bom acolhimento pelos restantes membros. Propôs também que o logotipo do exercício seja uniformizado, tarefa que deverá ser entregue ao cuidado do SPAD.

Anexo M - Apresentação de Portugal do Exercício "FELINO 15"

c. Calendarização dos Exercícios FELINO (ciclo 2016 / 2017)

Cabo Verde confirmou disponibilidade para acolher o "FELINO 16" (no formato EC), propondo que as conferências de planeamento se realizem em abril e junho de 2016 na cidade da Praia, devendo o exercício realizar-se em setembro. O cenário será elaborado em articulação com o Brasil (que assumiu a organização do exercício seguinte em substituição de Angola). Cabo Verde solicitou o apoio dos países amigos, nomeadamente de Portugal, na organização e na estruturação da arquitetura de comunicações.

Angola informou não poder acolher a edição de 2017 (FT) devido à realização de eleições naquele ano. Assim sendo, e na conveniência de se tomar uma decisão antes do exercício de 2016 para que haja coerência de cenários, o Brasil disponibilizou-se para acolher aquela edição do Exercício.



PONTO 5. Apresentação das conclusões do 2º Fórum de Saúde Militar

Este ponto foi apresentado pelo representante do Núcleo permanente do SPAD, capitão-de-fragata Jorge Silva.

A 2ª reunião do Fórum de Saúde Militar (FSM) decorreu no Ministério da Defesa Nacional de Portugal, no passado dia 2 de março, e os trabalhos, que foram muito participados, visaram dinamizar e aprofundar o relacionamento entre os Estados membros no domínio da Saúde Militar, destacando-se as seguintes propostas de ação:

- Elaboração de um regulamento específico para o Fórum;
- Criação de um diretório permanente para a centralização e coordenação de atividades, a localizar num espaço do *site* do Comité Internacional de Medicina Militar (CIMM);
- Aposta na Formação, criando-se pontos de contacto nos vários Estados membros;
- Criação de um observatório para rastreamento de epidemias/endemias nos países da CPLP;
- Criação de estratégias de combate ao alcoolismo e à toxicodependência nas Forças Armadas. Neste ponto referiu-se que Portugal manifestou disponibilidade para apoiar, com a sua experiência, programas de intervenção nos outros Estados membros.
- Outra informação veiculada foi que o próximo Encontro de Saúde Militar decorreria em Luanda entre os dias 21 e 23 de outubro de 2015. A este respeito, o Dr. Miguel Gaspar, da delegação angolana, referiu que as datas foram alteradas para o período de 13 a 15 daquele mês. Neste encontro serão trocadas experiências dos Estados membros no combate a endemias/epidemias e na resposta a situações de catástrofe, sendo também intenção da organização promover a discussão de uma estratégia para a Saúde Militar da CPLP.

Relativamente à criação do diretório, Portugal propôs recentemente aos Estados membros que este fique localizado na página do SPAD (Componente de Defesa da CPLP), na área reservada à Saúde Militar, uma vez que o *site* do CIMM exige que a informação disponibilizada esteja em Inglês ou Francês. Por outro lado, consegue-se, deste modo, uma localização mais lógica em termos organizativos.



3)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Depois de frisarem a natureza militar do FSM, as delegações presentes aprovaram as conclusões e recomendações do 2º Fórum de Saúde Militar e recomendam a elaboração do respetivo regulamento interno.

Adicionalmente, manifestaram a sua concordância relativamente à proposta de Portugal para a localização do diretório de Saúde Militar da CPLP na página da Componente de Defesa da CPLP.

Por fim, recomendaram que seja solicitado ao XVII Encontro de Saúde Militar, da parte dos Diretores de Saúde Militar, a elaboração de um documento de Orientação Estratégica no âmbito da Saúde Militar na CPLP a apresentar na próxima reunião de CEMGFA/CPLP.

PONTO 6. Apresentação das conclusões e recomendações da IV Conferência de Marinhas da CPLP

Este ponto foi apresentado pela delegação de Moçambique, na qualidade de país anfitrião do evento.

O IV Simpósio das Marinhas da CPLP, sob o tema “Importância do Mar para os Países da CPLP”, decorreu em Maputo, entre 16 e 18 de fevereiro de 2015.

Entre as recomendações produzidas, salienta-se a proposta de alteração da designação “Simpósio das Marinhas” para “Conferência das Marinhas”. Foi também referida a disponibilidade de alguns Estados membros para:

- Apoio técnico à implementação de um sistema de vigilância marítima nas demais marinhas e guardas costeiras (Brasil e Portugal)
- Oferta de cursos, intercâmbios e estágios para oficiais, sargentos e praças (Angola, Brasil e Portugal)
- Colaboração para a arquitetura e estruturação de um sistema de gestão, monitorização e controlo das águas de jurisdição nacionais (Brasil e Portugal)
- Disponibilização de equipas modulares para ações no âmbito do treino, vigilância marítima, hidrografia portuária, cartografia e preparação de uma sala de situação marítima (Brasil e Portugal)



- Oferta de colaboração às marinhas e guardas costeiras no domínio da Segurança Marítima através da implementação do Sistema de Apoio à Decisão na Atividade de Patrulha (Portugal)
- Oferta de facilidades de certificação, treino e avaliação às marinhas e guardas costeiras por intermédio de um centro integrado de treino e avaliação e de equipas móveis de avaliação modulares e configuráveis (Portugal)

Nesta conferência foi também aprovado o Regulamento da Conferência das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

As delegações presentes aprovaram as recomendações/conclusões da IV Conferência de Marinhas da CPLP.

O Brasil disponibilizou-se para acolher a conferência de 2017, cabendo a Cabo Verde receber a de 2019.

Anexo N - Apresentação de Moçambique sobre a IV Conferência das Marinhas da CPLP

PONTO 7. Apreciação dos documentos a aprovar na XVI reunião de Ministros da Defesa

- Relatório anual das atividades e de contas do CAE/CPLP relativo a 2014
- Plano de reajustamento de atividades do CAE relativo a 2015
- Plano de atividades e orçamento de suporte do CAE relativo a 2016
- Preparação da Agenda da Próxima Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP

Os três primeiros pontos, que já tinham sido apreciados favoravelmente no IV Conselho Consultivo do CAE e na 29ª Reunião do SPAD, foram apresentados pelo Diretor do CAE e discutidos em conjunto, tendo os CEMGFA/CPLP apreciado positivamente, e de forma



consensual, estes documentos, os quais serão endossados para aprovação em sede da XVI reunião de Ministros da Defesa da CPLP, a decorrer em maio em São Tomé.

No seguimento da discussão, o Plenário tomou nota da sugestão do atual Diretor do CAE relativamente à conveniência de se agendar a tomada de posse do seu eventual substituto para fevereiro do próximo ano, por ocasião da reunião do Conselho Consultivo do CAE, por coincidir com o início das atividades anuais daquele Centro e conferir maior visibilidade à sua reunião magna. Os chefes das delegações presentes concordaram em propor que, na próxima reunião de Ministros da Defesa da CPLP, seja analisada a alteração da data de posse do Diretor do CAE.

Foi, por fim, apreciada a proposta de agenda da XVI Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP elaborada na última reunião do SPAD, na qual foram introduzidas algumas alterações que se apresentam em anexo.

Anexo O - Agenda para a XVI Reunião dos Ministros da Defesa

PONTO 8. Diversos

O Dr. Francisco Azevedo informou que o CAE estabeleceu um protocolo de cooperação com o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Estão, também, em curso contactos com a Escola Superior de Guerra do Brasil para os mesmos fins.

Depois de informar sobre os próximos seminários, para os quais convidou as delegações presentes a fazerem-se representar, fez um apelo à regularização das contribuições financeiras para o CAE por parte dos Estados membros.

PONTO 9. Próxima reunião de CEMGFA/CPLP

Tendo o Brasil manifestado falta de disponibilidade de datas para acolher a próxima edição da reunião de CEMGFA/CPLP devido à realização dos Jogos Olímpicos no Rio de



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AF', 'L.', and others.]

Janeiro, esta reunião realizar-se-á em Moçambique, em princípio, durante a 2ª quinzena de abril de 2016, em data a acertar posteriormente.

Cabo Verde disponibilizou-se para acolher a reunião de 2017, devendo a de 2018 realizar-se no Brasil.

Encerramento

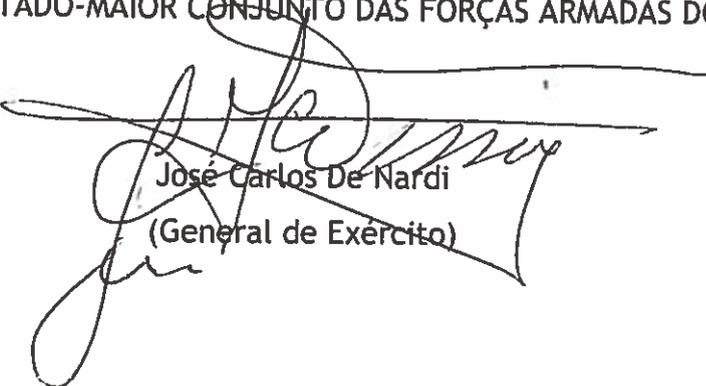
O General Geraldo Sachipengo Nunda, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, deu por encerrada a 17ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP, tendo agradecido a colaboração dos Chefes de Estado-Maior ou representantes presentes.

Luanda, 7 de maio de 2015

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

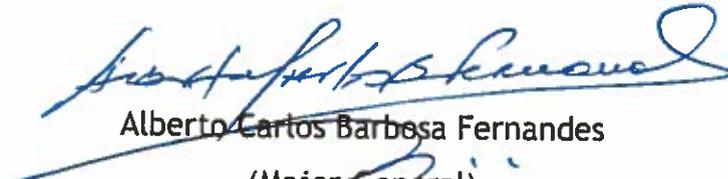

Geraldo Sachipengo Nunda
(General de Exército)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL


José Carlos De Nardi
(General de Exército)



O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE

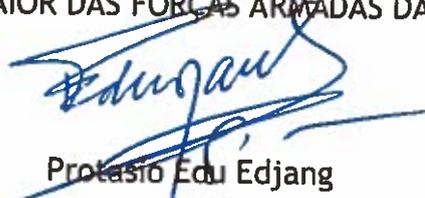

Alberto Carlos Barbosa Fernandes
(Major-General)

25


O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ-BISSAU


Biaguê Na N'Tan
(Tenente-General)

O CHEFE DE ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ EQUATORIAL


Protasio Edu Edjang
(General de Divisão)

O VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE
MOÇAMBIQUE


Olímpio Cardoso Cambona
(Tenente-General)



O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Artur Neves Pina Monteiro

Artur Neves Pina Monteiro

(General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES

Olinto Amado Ceita Paquete

Olinto Amado de Ceita Paquete

(Coronel)

O VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS DE DEFESA DE TIMOR-
LESTE

Filomeno da Paixão de Jesus

(Brigadeiro-General)



ANEXOS

- A. Discurso do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola
- B. Intervenção do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Portugal
- C. Intervenção de Angola
- D. Intervenção do Brasil
- E. Intervenção de Cabo Verde
- F. Intervenção da Guiné-Bissau
- G. Intervenção da Guiné Equatorial
- H. Intervenção de Moçambique
- I. Intervenção de Portugal
- J. Intervenção de São Tomé e Príncipe
- K. Intervenção de Timor-Leste
- L. Apresentação de Timor-Leste do Exercício "FELINO 14"
- M. Apresentação de Portugal do Exercício "FELINO15"
- N. Apresentação de Moçambique sobre a IV Conferência das Marinhas da CPLP
- O. Agenda para a XVI Reunião dos Ministros da Defesa